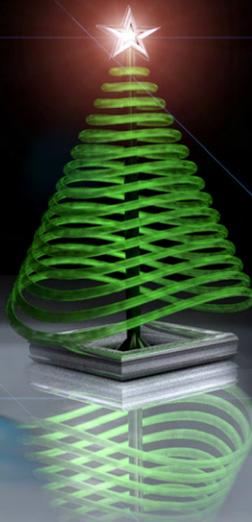


# NOTÍCIAS TRF3



Informativo de 1 a 31 de dezembro de 2008

São Paulo — Edição Nº 4 / 2008

## TRF3 PARTICIPA DO MAIOR EVENTO DE CONCILIAÇÃO DO PAÍS

Foto: João Fábio Kairuz



A Semana Nacional de Conciliação, evento coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, ocorreu entre os dias 1º e 5 de dezembro. Na capital, reuniu, no estádio do Pacaembu, os três maiores tribunais do país: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira e o presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes participaram da cerimônia de abertura.

Págs. 4 e 5

Aulas de yoga no TRF3.  
Págs. 12 e 13

Nova Seção: Dicas da Informática. Nessa edição "A pescaria do mal".  
Pág. 14

Projeto Casa Aberta.  
Pág. 11



## TRF3 INAUGURA OUVIDORIA JUDICIAL

O primeiro ouvidor do Tribunal Regional Federal da 3ª Região é o desembargador federal Lazarano Neto, que irá receber críticas, sugestões e elogios dos jurisdicionados

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região inaugurou no dia (14/11) a Ouvidoria do TRF3. Trata-se de mais um canal de atendimento a todas as pessoas que se relacionem com o Tribunal e queiram relatar suas reclamações, dúvidas, sugestões, elogios e outras demandas. O responsável pelo setor é o desembargador federal Lazarano Neto. Segundo ele, "a Ouvidoria faz com que as pessoas tenham mais um meio de recorrer ao Tribunal e ter a devida atenção aos seus problemas".

Para a presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, "o papel da Ouvidoria é estabelecer um relacionamento eficaz e eficiente entre os nossos jurisdicionados e o Tribunal e a 1ª Instância da Justiça Federal. Eu espero que possamos desobstruir a comunicação com os nossos jurisdicionados, e da

Ouvidoria espero que possam partir idéias e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional".

A vice-presidente do TRF3, desembargadora federal Suzana Camargo, também esteve presente na inauguração e relatou que "é muito importante que tenhamos um canal de comunicação com a sociedade e a Ouvidoria vai permitir justamente isso, que todo o cidadão possa ter acesso ao TRF3 e fazer sua reclamação ou crítica e com isso tenhamos condições de aprimorar sempre mais o serviço jurisdicional".

Para entrar em contato com a ouvidoria do TRF3 há quatro caminhos: acessar o site do TRF3, [www.trf3.jus.br](http://www.trf3.jus.br) e clicar no ícone da Ouvidoria; encaminhar um e-mail para [ouvidoria@trf3.jus.br](mailto:ouvidoria@trf3.jus.br), enviar uma carta para Av. Paulista nº 1842, 11º andar, ou

comparecer pessoalmente no mesmo endereço. Não é permitido o anonimato, mas o sigilo será resguardado sempre que possível e desde que solicitado.

Na prática, a Ouvidoria está funcionando desde o dia 9 de setembro deste ano e já teve 118 demandas, das quais 60% eram reclamações. Segundo o assessor da Ouvidoria, Luiz Carlos de Oliveira, a média de tempo para que uma demanda seja atendida e obtenha resposta é de 10 dias. "Até agora nunca ultrapassamos 30 dias para resolver alguma questão", relata o assessor. Apenas no mês de novembro, a Ouvidoria está com 14 pedidos para resolver, no entanto, espera-se que essa demanda aumente com a inauguração oficial da Ouvidoria e sua respectiva divulgação.

(Ana Carolina Minorello)

Foto: João Fábio Kairuz



Equipe da Ouvidoria, o Assessor Luiz Carlos de Oliveira (ao centro), o Ouvidor, desembargador federal Lazarano Neto e a presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira

## “VIA LEGAL” GANHA PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

O Programa Via Legal é uma produção do CJF e das Assessorias de Comunicação Social dos cinco Tribunais Regionais Federais

Foto: João Fábio Kairuz



Érica Resende e o cinegrafista Hildebrando Pereira checam o equipamento antes de saírem para mais uma reportagem

O “Via Legal” foi considerado o melhor programa de TV do Poder Judiciário e recebeu no último dia 14 de novembro o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça – edição 2008.

O programa é produzido pelo Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), coordenado pela Assessoria de Comunicação do Conselho da Justiça Federal e composto pelas Assessorias de Comunicação Social dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), com o objetivo da produção conjunta de material jornalístico e de divulgação institucional no âmbito da Justiça Federal.

Exibido desde agosto de 2002 na TV Justiça, canal a cabo coordenado pelo Supremo Tribunal Federal e, em canal aberto, nas TVs Educativas e Cultura do Brasil, o programa busca aproximar o cidadão da realidade da Justiça Federal, abordando, de modo claro e objetivo, assuntos rela-

cionados ao universo jurídico.

O “Via Legal” já recebeu diversos prêmios de importância nacional, como o Prêmio Especial pelo Resgate Histórico do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, o Prêmio Vladimir Herzog do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, o Prêmio Imprensa Embratel e o III Prêmio AMB de Jornalismo.

O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), uma organização não-governamental que reúne Assessorias de Comunicação Social do Poder Judiciário e Ministério Público em todo o país e que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das assessorias de comunicação a partir do destaque de experiências bem sucedidas na área, reconhecendo e valorizando as práticas destinadas ao desenvolvimento da cidadania.

A equipe do Via Legal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região é composta pela repórter Érica Resende, pelo cinegrafista Hildebrando Pereira de Lima, pela produtora Carolina Moraes Marinho Gonzalez Villacreses, pelo editor de imagem Renato Primo Commi e coordenado pela Assessora de Comunicação Social do TRF3.

Neste ano, a 3ª Região abordou temas como: Delação premiada, Imigração Japonesa, Reciclagem, Rodoanel, Aterros, Libras, Habitação, TV a cabo, Cheques, Tortura, Obras de Arte, Bancos, Fenilalanina, CPF, Chimpanzés, Diesel, Guarda-sóis, Cana-de-açúcar, Museu do surf, Propagandas de Cerveja e o Mutirão de Conciliação.

Não deixe de assistir na TV Cultura, aos sábados, às 8 horas, ou na TV Justiça, às quartas-feiras, às 21 horas.

(Ester Laruccia)

## SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO EM SÃO PAULO ACONTECE NO ESTÁDIO DO PACAEMBU

Mutirão para acelerar processos aconteceu de 1º a 5 de dezembro no Pacaembu

Foto: João Fábio Kairuz



Autoridades participam da abertura do evento

No dia 1º de dezembro, o ministro **Gilmar Mendes**, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, juntamente com a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira**, com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, desembargador **Décio Daidone** e com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **Roberto Bellocchi** abriram o mutirão no Pacaembu, na cidade de São Paulo, para desafogar cerca milhares de processos que estão em andamento.

A abertura da 3ª Semana Nacional da Conciliação aconteceu no estádio do Pacaembu, na praça Charles Miller (zona oeste de SP). Entre os presentes, estavam o prefeito do município de São Paulo, **Gilberto Kassab**, o presidente da Fiesp, **Paulo Skaf**, os deputados federais **Arnaldo Faria de Sá**, **Celso Russomanno** e **Walter Feldman**, o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, **Luis Antonio Guimarães Marrey**, o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, **Rogério Favreto**, e os conselheiros

**Andréa Pachá** e **Mairan Maia**, do CNJ.

O movimento pela conciliação é coordenado pelo CNJ em parceria com os tribunais e teve como lema **"conciliar é legal e faz bem a todos os cidadãos"**. Em um único lugar as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho realizaram audiências para solução de processos (só no Pacaembu). Essa iniciativa é ímpar,

com o objetivo de tornar o Judiciário mais rápido e promover a pacificação da sociedade.

### Importância da conciliação

O prefeito do município de São Paulo, Gilberto Kassab, em sua saudação afirmou: "Torna-se o Pacaembu um local para que possamos exercer a democracia, praticar a cidadania e atender aproximadamente 50 mil pessoas. É um número extraordinário. Aqui poderão ser agilizados diversos processos".

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, destacou a grande importância do trabalho da conciliação para diminuir os processos dos tribunais com ações concretas. "Todos os anos são quase 24 milhões de processos que entram nos tribunais do Brasil. Iniciativas como essa são fundamentais para diminuir esse volume, desafogar e dar mais celeridade à Justiça. A conciliação é o caminho para a solução do conflito", afirmou.

O desembargador Décio Daidone, do TRT/2ª Região, ressaltou que a conciliação não é só o meio mais rápido de solu-

Foto: Jesus Carlos / SINTRAJUD



Mesa de audiência de conciliação



À esquerda, o local onde a população aguarda o atendimento. À direita, o acesso principal com placas de sinalização para orientar as pessoas

cionar o processo, mais o meio mais rápido de aproximarmos as partes. “Conciliar é tornar pacífica as partes litigiosas. Ambos serão vencedores. Ganham as partes, ganha a Justiça, ganha o Brasil”.

### Resgate da cidadania

A presidente do TRF/3ª Região, desembargadora federal Marli Ferreira, afirmou que o evento é gratificante para os juízes e para a cidadania do Estado de São Paulo e “deixa uma marca indelével em cada um daqueles que participaram para a formatação deste evento: são dezenas de juízes federais, estaduais e trabalhistas, centenas de servidores, conciliadores por parte da Justiça Estadual e uma grande parte da população que será aqui atendida, para dar cabo e fim a plethora de processos que abarrotam os escaninhos da Justiça do Estado de São Paulo”.

“Nós temos muito o que comemorar! Hoje comemoramos o resgate da cidadania, a dignidade das pessoas, o reencontro das pessoas com a paz interna, social, econômica e política, na medida em que nós juízes daremos resposta definitiva ao pleito que há tanto tempo aguardam solução. Agradeço ao presidente da Fiesp pela parceria e ao espaço que a imprensa deu a esse evento, porque dependemos muito da imprensa para que a o cidadão de São Paulo e do país saiba o que está sendo feito”, declarou a presidente do TRF3.

O presidente do Tribunal de

Justiça do Estado de São Paulo, Roberto Bellocchi, agradeceu as parcerias e acordos firmados para esta forma alternativa de solução de conflitos.

O secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, Luis Antonio Guimarães Marrey, representou o governador do Estado de São Paulo, e disse que a conciliação é um instrumento para gerar paz social e para dar condições de apreciação a outros casos que não possibilitem a conciliação.

O ministro Gilmar Mendes, do STF, ressaltou que o alto índice de judicialização mostra que a população acredita na Justiça e que ela é um poder vital no Brasil, mas, por outro lado, preocupa porque a grande demanda ameaça a funcionalidade do Poder Judiciário.

“Estamos vivendo um dia histórico por esse esforço concentrado dos tribunais. É um ato que visa dar legitimidade à cidadania, um ato simbólico. Mostra que é possível encontrar meios e modos sem ter que ir à Justiça. Agradeço o esforço conjunto de todos os que ajudam a mudar o rosto do Judiciário, um Judiciário mais humano”, disse o ministro.

Ao final da cerimônia e com o objetivo de conjugar esforços entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça para a realização de Cursos de Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos e de Direitos Humanos, foi firmado o termo de cooperação técnica, através das assinaturas

do ministro Gilmar Mendes, presidente do Conselho Nacional de Justiça e do secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto.

### Estrutura do Pacaembu

Dia de festa no Pacaembu. Na entrada do estádio Paulo Machado de Carvalho na praça Charles Miller, atendentes distribuem crachás coloridos: azul, para a Justiça Federal, verde, para a Justiça do Trabalho, e amarelo para a Justiça Estadual.

Uma estrutura foi especialmente montada para atender a população. Tendas e alas formaram o espaço de atendimento das três Justças. Cadeiras, mesas, microcomputadores, faixas, cartazes e banners foram incorporados ao espaço. No painel do estádio um vídeo institucional explicava o que é a conciliação.

Um verdadeiro exército de servidores foi coordenado por juízes federais, estaduais e do trabalho. Milhares de pessoas compareceram ao local.

(Ester Laruccia)



A juíza federal Daldice Santana e o desembargador federal Antonio Cedenho, coordenador do Programa de Conciliação no TRF3

## DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRF3 REÚNEM-SE PARA FOTO

Foto histórica constará do livro comemorativo dos 20 anos do Tribunal

Com a vestimenta de gala e o Colar do Mérito Judiciário, os desembargadores federais reuniram-se no dia 19 de novembro no hall nobre do prédio sede do Tribunal para participar da fotografia histórica que será utilizada no livro comemorativo dos 20 anos do Tribunal.

O livro está sendo produzido pela Ricardo Vi-veiros & Associados – Oficina de Comunicação e pela Editora Justiça & Cidadania, sob patrocínio da Petrobrás, e conta com o apoio da Presidência e

com a colaboração da Assessoria de Comunicação Social e da Assessoria de Cerimonial.

O responsável pelas fotografias oficiais que estarão no livro é o servidor Rodrigo Whitaker Salles.

A Assessoria de Comunicação Social agradece a todos os que participaram deste momento importante que ficará gravado na história da instituição.

(Ester Laruccia)

Fotos: João Fábio Kairuz



Desembargadores federais se preparam para a foto oficial do Livro comemorativo dos 20 anos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região



## JEF REGISTRO ENTREGA PRIMEIRAS SENTENÇAS DO TRABALHO ITINERANTE À POPULAÇÃO LOCAL

Em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, população é beneficiada com o trabalho realizado pelo Juizado Especial Federal de Registro

Fotos cedidas pelo JEF de Registro



No centro de Barra do Turvo, moradora recebe sentença favorável



Nara de Souza, defensora, orienta os cidadãos na fila de espera

Moradores de Barra do Turvo, município do Vale do Ribeira, tiveram a alegria de receber as sentenças nas mãos e resolver suas causas na Justiça. No início do mês de novembro, foram proferidas as primeiras 61 sentenças do trabalho itinerante realizado no município pelo JEF de Registro.

As audiências aconteceram nos dias 4 e 5 de novembro, no Centro, e no dia 6 de novembro, para a população do Rio Vermelho. "Entregamos a sentença nas mãos dos cidadãos que tiveram seu direito reconhecido", conta o juiz **Luís Antônio Zanluca** (foto acima), presidente do Juizado Especial Federal de Registro e responsável pelo trabalho itinerante.

Participaram das audiências representantes da Defensoria Pública da União e da Procuradoria do INSS. O juiz federal Luis Antonio Zanluca ressalta: "É um trabalho imprescindível para a defesa das partes".

Na região, localizada a 150 quilômetros de Registro, e uma das mais pobres do Estado, ainda falta energia elétrica, as escolas municipais não possuem telefones e nenhum Fórum de Justiça foi ali instalado. No entanto, as dificuldades não impediram o

presidente do Juizado Especial Federal Cível de Registro de iniciar o trabalho itinerante na região em junho deste ano.

O juiz federal comandou uma equipe de quatro pessoas na realização da itinerância. Inicialmente, durante dois dias, foram atendidas 155 pessoas. O trabalho foi possível porque a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora Marli Ferreira, assinou provimento autorizando o funcionamento do JEF Itinerante em Registro.

A Delegacia de Ensino local também teve uma participação imprescindível, porque emprestou a estrutura das escolas para a realização deste trabalho itinerante da Justiça. Nestes locais foi instalada uma pequena Central de Atendimento, onde as pessoas puderam esclarecer suas dúvidas e receber orientações e dar início ao processo judicial.

"Ilustramos os laudos com fotografias das casas das pessoas. Há casos em que a luz é de velas, os banhos são realizados em lonas fora das casas e à noite, para que os vizinhos não vejam. Esta é a realidade de muitas pessoas que atendemos lá", conta o juiz.

Após o atendimento, o JEF Itinerante de Registro retornou aos locais para realização de perícias médicas. Realizadas as perícias, foram marcadas as audiências.

A maioria das ações ajuizadas tratou de pedidos de benefício assistencial (LOAS) e auxílio-doença. Foram atendidos também casos de aposentadoria por idade rural, aposentadoria por tempo de contribuição e até auxílio-maternidade.

Os alunos das escolas municipais e estaduais puderam assistir ao vivo às audiências e tiveram uma verdadeira aula de Direito, de Justiça e de cidadania.

A etapa final foi a entrega das sentenças. A alegria das pessoas foi evidente, porque elas receberam uma resposta da Justiça, que esteve mais próxima do cidadão.

O juiz e os servidores do JEF Registro também não escondem sua alegria por mais esta missão cumprida. "Cumprimos o nosso dever. Sem dúvida, as sentenças fizeram a diferença na vida de algumas famílias, que conseguiram o benefício pleiteado", afirmou o juiz federal Luís Antonio Zanluca, presidente do JEF/Registro.

(Ester Laruccia)

## SOLEINIDADE COMEMORA OS 10 ANOS DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS

O evento aconteceu no Fórum Federal de São Carlos, na Avenida Doutor Teixeira de Barros, nº 741

Fotos: João Fábio Kairuz



1. Fórum da Justiça Federal de São Carlos
2. Ao centro, desembargadora federal Vera Jucovsky, ao lado direito, o ministro Jorge Scartezzini e sua esposa desembargadora federal Anna Maria Flaquer Scartezzini, ao lado esq. o ministro Cid Flaquer Scartezzini.
3. O juiz federal Cláudio Canata, recebe homenagem das mãos da desembargadora federal Vera Jucovsky.
4. O juiz federal Márcio Satalino Mesquita recebe homenagem.
5. No descerramento da placa comemorativa, a desembargadora federal Vera Jucovsky e o juiz federal Alexandre Saliba, diretor do Fórum da Justiça Federal de São Carlos.

Os 10 anos de instalação da Justiça Federal na cidade de São Carlos foram comemorados em solenidade realizada no último dia 5 de dezembro. A desembargadora federal Vera Jucovsky presidiu a cerimônia comemorativa, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marli Ferreira.

O evento contou com a presença de autoridades, magistrados e servidores da Justiça Federal. Entre os presentes, estavam os ministros Cid Flaquer Scartezzini e Jorge Flaquer Scartezzini, a desembargadora federal Anna Maria Flaquer Scartezzini, o juiz federal Rodrigo Zacharias, vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo e o diretor da 15ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, juiz federal Alexandre Bersozza Saliba.

Em seu discurso, o juiz federal Alexandre Saliba, diretor do Fórum Federal de São Carlos, agradeceu ao ministro Jorge Scartezzini por ter contemplado a cidade com o Fórum da Justiça Federal em 1998. O juiz federal agradeceu o compromisso dos pioneiros da Justiça Federal de São Carlos: os juízes federais Cláudio Roberto Canata, que proferiu a primeira sentença no município e o juiz federal Márcio Mesquita, precursor na cidade.

A desembargadora federal Vera Jucovsky apresentou um breve histórico da Justiça Federal de São Carlos e o desenvolvimento das atividades da Justiça Federal no município, e ressaltou que “a data é importante não só para a Justiça Federal de São Carlos, mas para a Justiça Federal de todo o imenso Brasil”.

A magistrada apresentou as estatísticas atuais de São Carlos, afirmando que “os números da Justiça Federal de São Carlos demonstram o trabalho profí-

cuo e os frutos aqui produzidos”. Desejou que todos buscassem o aprimoramento, com vistas a um presente e futuro iluminado por Deus.

O ministro Jorge Scartezzini destacou que a Justiça Federal na região merece a instalação da 3ª Vara Federal. “São Carlos não pede, mas exige a ampliação da Justiça Federal! São Carlos pela sua grandiosidade tecnológica e por ser uma gigante em cultura e educação, merece que a Justiça tenha mais Varas aqui”.

O procurador da República, Marcos Ângelo Grimoni e o deputado federal Lobbe Neto também enfatizaram a importância da Justiça Federal na região.

### Homenagens

Os juízes federais Cláudio Roberto Canata e Márcio Satalino Mesquita, pioneiros na Justiça Federal de São Carlos, foram homenageados pela Subseção Judiciária de São Carlos. As homenagens foram entregues pela desembargadora federal Vera Jucovsky.

Estiveram, ainda, presentes à cerimônia: o presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Edson Antonio Fermiano, a procuradora-chefe da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Cristina Duarte Leite Prigenzi e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de São Carlos, Glaudecir José Passador.

A cerimônia terminou com o descerramento da placa comemorativa ao 10º aniversário de instalação da Justiça Federal em São Carlos.

### Fórum Federal de São Carlos

O Fórum Federal de São Carlos possui duas varas e sua jurisdição abrange os municípios

de Descalvado, Dourado, Ibaté, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos e Tambaú, incluindo a cidade de Brotas,

quanto ao Juizado Especial Federal.

Trabalham no Fórum os juízes federais: Carla Abrantkoski Rister, da 1ª Vara; Alexandre Berzoza Saliba, da 2ª Vara Federal,

que é o presidente do JEF e coordenador do Fórum e os juízes substitutos Ricardo Uberto Rodrigues e João Roberto Otavio Júnior.

(Ester Laruccia)



## CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO É REALIZADO NA JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA

Encontro possibilitou o debate, a reciclagem e a troca de experiências entre os profissionais de comunicação da Justiça

Foto: Hélio Cesário Martins Jr



Evento acontece no auditório da Justiça Federal/SC

A democratização da TV pública e as novas tecnologias da comunicação foram os temas centrais do IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom 2008), promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça realizado no mês de novembro na Justiça Federal de Florianópolis.

No Conbrascom 2008 também aconteceu o Encontro Nacional da Rádio e TV Justiça e a edição do 6º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, que contem-

plou trabalhos das Assessorias de Comunicação do Judiciário e do Ministério Público em 17 categorias: Campanha de Comunicação Externa, Campanha de Comunicação Interna, Identidade Visual, Inovação, Relacionamento com a Mídia, Projeto Institucional, Programa de Rádio, Reportagem de Rádio, Programa de TV, Reportagem de TV, Vídeo Institucional, Projeto Científico, Revista, Publicação Especial, Jornal, Internet e Intranet.

O evento foi aberto pelo pre-

sidente da Fundação Padre Anchieta, jornalista Paulo Markun, com o tema "A experiência da TV Pública na democratização da comunicação".

O conferencista abordou, por exemplo, os objetivos da TV Pública, tais como a valorização da cidadania, a inclusão social, a socialização do conhecimento e o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão. Sobre as funções da TV Pública, ele destacou: a formação cultural, educação, informação, formação de cidadania e prestação de serviços".

O jornalista Laurentino Gomes, escritor e executivo da Editora Abril também foi um dos conferencistas do evento. Ele falou sobre os 200 anos de imprensa no Brasil e os primeiros registros da comunicação no país. Apresentou uma abordagem histórica do Brasil, a partir de 1800, e comentou que o primeiro jornal a circular no Brasil foi "A Gazeta do Rio de Janeiro", em setembro de 1808.

No Congresso foi discutida a Visão Institucional das Assessorias de Comunicação Social, pelos presidentes das Associações de Classe do Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, tais como Ajufe, ANPR,

ANAMATRA, ANPT e AMB.

Uma tarde foi reservada para a realização de oficinas práticas que aconteceram nos laboratórios da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), ministradas por professores especialistas, e também no TRT em Florianópolis, que disponibilizou estrutura para a oficina de TV. Entre as oficinas, jornalismo on line, radioweb, tratamento da imagem através da computação gráfica e a montagem de um estúdio de TV.

A conselheira Andréa Pachá, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também participou do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). Ela falou sobre a comunicação no Poder Judiciário, acompanhada do Assessor de Comunicação Social e Cerimonial do Conselho Nacional de Justiça, jornalista Marcone Gonçalves e da jornalista Andréa Mesquita, coordenadora de Imprensa do STF.

O evento também contou com reuniões setoriais das Assessorias dos TJ's, TRF's e Seções Judiciárias da Justiça Federal, Assessorias dos TRE's, TRT's, MPE, MPF, MPT e TCs.

No Conbrascom 2008 foram

apresentados o "Projeto Editorial da TV Justiça e Parceiros", por Giovana Cunha, coordenadora da TV Justiça e "Projeto editorial e Parceiros da Rádio Justiça -" por Madeleine Rose Déa Maria Freitas Lacsko, coordenadora da Rádio Justiça, que apresentaram os programas da Rádio e da TV Justiça e explicaram como todos podem contribuir.

O evento foi encerrado com a elaboração da carta de Florianópolis, na qual ficou decidido entre outras coisas:

- Lançar projeto conjunto com o Conselho Nacional de Justiça visando à profissionalização da comunicação institucional, bem como a definição de uma política nacional de comunicação para o Judiciário, com objetivos claros e investimentos visando atingir dois vetores: comunicação interna e divulgação externa;
- Defender a destinação de recursos orçamentários específicos para o melhor planejamento e execução da comunicação institucional dos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e demais instituições ligadas à Justiça, dada a crescente exigência

da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, transparência e que amplie o acesso do cidadão à Justiça;

- Reiterar a defesa da criação de estruturas de comunicação com cargos de direção, formalmente regulamentados dentro do organograma institucional e, enquanto setor estratégico, subordinados diretamente ao presidente, procurador-chefe ou equivalente, sendo tais assessorias baseadas no conceito de comunicação integrada, respeitada a formação específica com registro ou a qualificação de nível superior para o exercício profissional;
- Reafirmar o compromisso de cartas anteriores de desenvolver uma política de comunicação voltada para esclarecer o cidadão, contribuindo para a democratização das instituições e o acesso do cidadão à Justiça, considerando que a informação, como prevê a Constituição, é um bem público e que, portanto, a comunicação deve pautar-se no interesse público e na inclusão social.

(Ester Laruccia)

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/60/Sc\\_pt\\_hercilio\\_luz3.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/60/Sc_pt_hercilio_luz3.jpg)



A ponte Hercílio Luz em Santa Catarina, foi construída para ligar a parte continental da capital, Florianópolis, à parte insular

## TRF3 RECEBE PARENTES DE SERVIDORES NO DIA DA CASA ABERTA

A festa já está se tornando tradição e muitas crianças esperam por este dia durante o ano todo

O evento CASA ABERTA é uma ação do Programa de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e realizado pela Divisão do Pró-Social anualmente.

Trata-se de uma iniciativa que visa à integração do mundo do trabalho ao da família, contribuindo para humanizar esta relação e incentivar a busca constante da qualidade de vida pelos servidores, uma oportunidade única de aproximação entre os filhos de servidores e magistrados no ambiente de trabalho de seus pais.

Realizada sempre no último dia de expediente forense, o CASA ABERTA representa uma genuína confraternização. Promovido no tribunal desde 1999, o evento já é considerado tradicional pelos servidores, deixando uma forte impressão na memória e constituindo, portanto, ocasião esperada pelas crianças – algumas delas participantes desde muito pequenas – e até mesmo pelos adultos.

Neste ano de 2008, o evento acontecerá no dia 19 de dezembro, das 11h às 18h no 25º andar, Hall Nobre, Torre Sul, e esperamos receber cerca de 200 crianças, na faixa etária entre 4 e 11 anos.

Ao longo do dia, serão realizadas atividades interativas, educacionais, culturais, artísticas e lúdicas, bem como oficinas e outras atividades. Haverá também um projeto teatral apresentado por adolescentes com comprometimento intelectual que, além de educar e divertir, ressalva a importância da inclusão social junto às crianças.

O evento contará ainda com a participação do Coral dos Servidores do TRF3.

(Ana Cristina Eiras)

Fotos de João Fábio Kairuz do CASA ABERTA realizado em 2007



### ATIVIDADES PROGRAMADAS:

- 10h30 às 11h30 - RECEPÇÃO e identificação das crianças no Hall Nobre - Oficinas de tatuagens, pinturas e esculturas de bexigas
- 12h às 13h - ALMOÇO das crianças com seus pais
- 13h30 às 14h - APRESENTAÇÃO DO CORAL DOS SERVIDORES TRF3 - Regência Valter Satomi
- 14h às 14h40 - APRESENTAÇÃO DA PEÇA TEATRAL MÁGICO DE OZ - Teatro de adolescentes com comprometimento intelectual da Associação Nossa Escola de Ensino Especializado
- 14h40 às 15h - APRESENTAÇÃO DE MÁGICA - Enrico Verta, filho da servidora Maria Sylvia Verta
- 15h às 17h30 - ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS: Ginástica, Apiário, Sessão Desenho, Corrida de Cavalos, Corrida das Bexigas, Oficinas de Arte etc.
- 17h30 às 18h - ENCERRAMENTO - Entrega de lembrancinhas

## AULAS DE YÔGA PROPICIAM BEM-ESTAR AOS SERVIDORES NO TRF3

Servidores descobrem como ficar “zen” no Tribunal, durante as aulas de Yôga

Se você está cansado, estressado e sente que suas forças físicas já não são as mesmas, é bom reparar em um grupo de 21 servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que procura estar sempre “zen”, pelo menos às terças e quintas-feiras, após o horário de expediente do Tribunal, quando eles se reúnem para praticar a arte milenar do Yôga.

Mesmo para quem anda em perfeita forma física, essa prática traz inúmeros benefícios. Segundo a professora de Yôga, Gabriela Lopes de Souza, que dá aulas há quatro meses no TRF-3, “Yôga é uma forma de autocohecimento que utiliza técnicas milenares, algumas de cinco mil anos atrás”.

Gabriela nasceu em Curitiba, morou durante 20 anos em Florianópolis e migrou para São Paulo em 2001 para dar aulas de Yôga. Ela se interessou pela prática ainda criança, aos nove anos de idade, quando pegava as fitas cassetes com aulas em vídeo de sua mãe, que praticava em casa. “Eu roubava os vídeos dela para praticar escondida”, conta. No entanto, Gabriela voltou-se

mesmo para o Yôga há 10 anos, convidada por uma escola para fazer uma aula experimental. “Depois dessa aula, nunca mais parei”, afirma. “Comecei a praticar porque era muito ansiosa e o Yôga me ajudou muito a direcionar a energia da ansiedade para outras coisas. Na verdade, a ansiedade não desaparece, mas pode melhorar muito”.

Segundo Gabriela, a prática do Yôga traz inúmeros benefícios, entre eles o aumento da flexibilidade articular, da força muscular e da concentração, além de melhorar a respiração, a postura corporal e inclusive o raciocínio lógico.

Foi o que descobriu a servidora Cinthia Felix da Silva, diretora da Divisão de Processamento da Subsecretaria da 2ª Turma do TRF-3. Ela começou a praticar Yôga assim que come-

çaram as aulas no TRF3, há 6 anos. Depois de um tempo parou de praticar, mas voltou há 3 meses: “Eu pratico Yôga porque além de ser uma atividade física, me ajuda na concentração e a perder o estresse do dia-a-dia. Portanto, não é benéfico só para parte física, mas também para o lado emocional”, conta.

Cinthia também pratica outras atividades físicas como musculação e spinning, mas não abandona o Yôga. “Quando saio do trabalho, sempre estou com muitas coisas na cabeça, principalmente sobre os processos. A aula é um momento em que eu me concentro em mim mesma, na minha vida e no meu corpo”. Para ela, o Yôga também trouxe benefícios para a saúde: “eu sentia muita tensão nos ombros e na lombar por conta do trabalho que a gente faz, de ter que, às vezes, carregar processos ou passar muito tempo sentada em frente ao computador. Depois

Foto: Ana Carolina Minorello



Professora de yôga Gabriela Lopes de Souza

Foto: Ana Carolina Minorello



Alunos do TRF3 praticam as posições de yôga

que eu comecei a frequentar as aulas de Yôga, essa tensão aliviou bastante”.

A professora Gabriela também conta que já recebeu alunos que procuraram suas aulas por recomendação médica. Ela explica que, apesar de não haver comprovação científica sobre os benefícios do Yôga, muitos médicos indicam a prática, principalmente para casos de desvio de coluna, doenças psicossomáticas, depressão, síndrome do pânico, e etc. “Uma vez dei aula para uma aluna com fibromialgia, que começou a praticar porque o médico havia recomendado. Depois de um tempo ela

nem se lembrava mais do porquê havia começado a praticar”, enfatiza Gabriela.

Além do Yôga, a professora Gabriela também recomenda outras atividades: “Acho interessante associar o Yôga a exercícios aeróbicos como caminhadas, dança e natação, que acabam completando a prática”.

O Yôga ministrado no TRF3 é conhecido como Hatha Yôga, uma variação que trabalha muito com movimentos físicos. Quem organiza as aulas é a Divisão do Pró-Social, no 24ª andar. Segundo a professora Gabriela, para começar a praticar basta ter um par de pulmões, uma cabeça no

lugar e uma roupa confortável. “Vontade de transpor desafios e de conhecer coisas diferentes também é importante porque o Yôga é um desafio eterno”.

As aulas acontecem todas as terças e quintas-feiras, no 24º andar do Edifício Torre Sul, em duas turmas: das 19h15 às 20h15 e das 20h15 às 21h15. A mensalidade é de 70 reais para quem pratica duas vezes por semana e 40 reais uma vez. Para se inscrever, deve-se entrar em contato com a Divisão do Pró-Social, pelo ramal 1564.

(Ana Carolina Minorello)

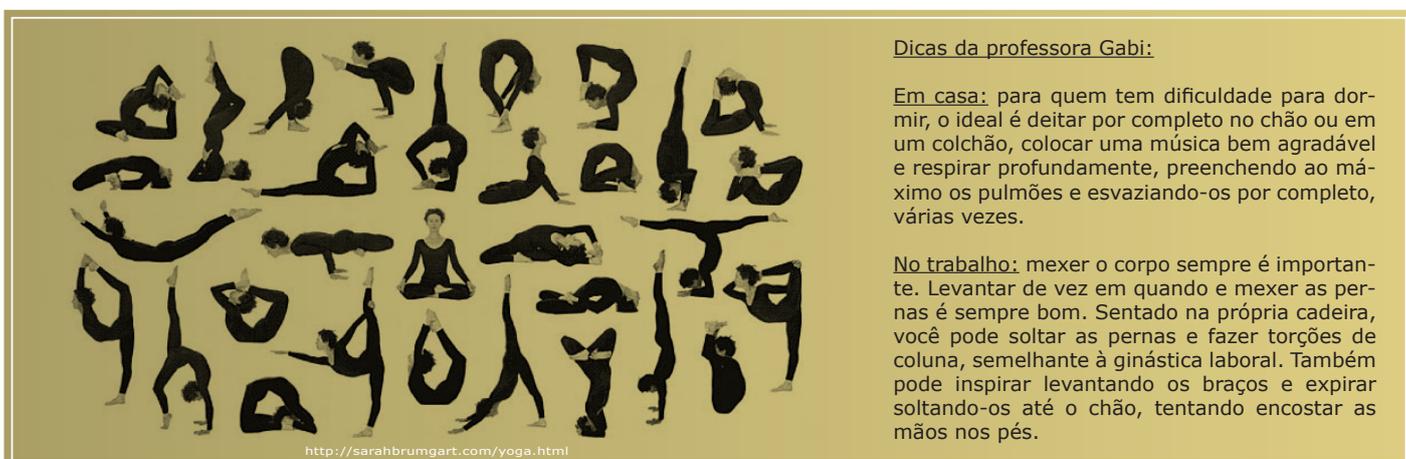


Foto: Ana Carolina Minorello



Servidores alongam o corpo e mandam o estresse embora no 24º andar da Torre Sul

## DICAS DA INFORMÁTICA

### A Pescaria do Mal: Phishing Scam

*Amigos,*

A partir de hoje, em cada edição do Notícias TRF3, falaremos de um assunto relacionado com Segurança da Informação.

Tentaremos escrever sobre coisas do dia-a-dia e não apenas dos computadores ou da tecnologia. Ambos são necessários para armazenar, tratar e às vezes descartar toda a informação com a qual lidamos. Porém, muitas ameaças podem ser evitadas pelo uso do simples bom-senso. É o caso das tentativas de fraudes enviadas pelo correio eletrônico, chamadas de **phishing scam**.

A expressão phishing scam é de origem norte-americana. A primeira palavra, phishing, é uma adaptação do substantivo fishing, que significa pescaria. A segunda, scam, pode ser traduzida como fraude ou embuste. Phishing scam, portanto, traduz-se como fraude da pescaria.

A ação dos criminosos da Internet de fato lembra uma pescaria. Para ganhar a atenção do peixe, ou melhor, da vítima, enviam mensagens de correio eletrônico em nome de instituições conhecidas e respeitáveis como bancos, empresas e até mesmo o Ministério Público Federal. Sugerem que o software do computador da vítima está desatualizado; pedem a instalação de falsos certificados digitais ou de fictícias correções. Dizem que o destinatário da mensagem comprou alguma coisa ou possui alguma dívida.

Enviar falsas mensagens institucionais é apenas uma das técnicas utilizadas pelos bandidos. Para explorar a curiosidade dos incautos, tentam atrair sua

atenção utilizando-se de episódios em que estão envolvidas pessoas famosas, ou até mesmo desconhecidas em situações inconvenientes. O cinismo desses bandidos não conhece limite: chegam a dizer-se amigos nossos querendo nos alertar de traições...

As fraudes pelo correio eletrônico, nas diferentes formas que apresentam, sempre buscam o mesmo objetivo: induzir a pessoa desprevenida a instalar em seu computador um programa espião – chamado pelos especialistas de artefato malicioso – que pode servir aos propósitos do criminoso, quais sejam furtar os dados bancários da vítima, ou obter outras informações sensíveis, seja de casa ou do trabalho.

Em casos mais graves, o computador da vítima pode se transformar em um escravo numa rede controlada a distância pelo bandido; a máquina age como um robô, ou zumbi, sendo usada para disseminar mais phishing scam ou para atacar outros computadores.



A primeira e mais importante defesa contra as fraudes digitais está no uso do bom-senso: nenhuma instituição séria, sejam bancos, empresas e órgãos governamentais, envia informações importantes, como avisos de débito, faturas de compra e intimações, pelo correio eletrônico, a menos que você solicite isso expressamente. Além disso, se você está sendo traído, ou traída, seu amigo lhe dirá isso em pessoa, e não em um e-mail de origem desconhecida.

Aconselhamos, também, que você não clique em endereços de páginas da Internet presentes dentro dessas mensagens. Esse

é o caminho mais curto para a instalação dos programas espionagem dos quais falamos há pouco. Resista a todo custo a curiosidade de ver o último vídeo da atriz famosa e do namorado na praia.

Não abra arquivos anexados a mensagens de correio eletrônico, a menos que você tenha absoluta certeza de que o esperava e de que a outra pessoa de fato o enviou para você.

Instale um antivírus e mantenha-o sempre atualizado. Aliás, atualize todos os programas instalados no seu computador. Mas, por favor, evite de todas as formas o uso de software pirata – não há nenhuma garantia de que ele esteja limpo, ou seja, não possui artefatos maliciosos.

Na próxima Carta, falaremos das defesas que você mesmo pode instalar em seu computador para ter um pouco mais de segurança na Internet. Até lá!

## BATE-PAPO

*Esse servidor já tem quase oito anos de Tribunal. Ele e sua equipe facilitam o trabalho de muita gente que precisa pesquisar sobre sentenças e decisões dos magistrados. Vamos conhecer um pouco mais sobre o diretor da Divisão de Jurisprudência*

Foto: João Fábio Kairuz

**Nome** - Angelo Fernando Vaz Rosa

**Idade** - 35 anos

**Onde trabalho** - Divisão de Jurisprudência

**Formação** - Bacharel em Direito pelo Mackenzie

**Livro Predileto** - "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa

**Filme que assisti** - "O Poderoso Chefão", Francis Ford Coppola, entre outros

**Música que marcou** - "I drove all night", de Roy Orbison

**Lazer no fim-de-semana** - Teatro e cinema

**Minha família** - Minha esposa, minha rocha

**Comida que eu gosto** - Aquela que preparo nos fins de semana

**O melhor restaurante da Paulista** - Restaurante do MASP

**Um lugar em São Paulo** - Parque da Independência, no Ipiranga

**Se eu não fosse servidor** - Seria floricultor

**Um sonho** - Ser escritor

**Tempo de Tribunal** - Quase 8 anos

**Cargo** - Diretor

**Outros setores** - Assessor da Vice-Presidência e Assistente da Presidência



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



EXPEDIENTE

Edição:  
Ester Laruccia – MTB: 26021  
Assessora de Comunicação

Reportagem:  
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andrea Moraes, Ester Laruccia, Wellington Campos

Secretaria de Redação:  
Daniela Benedete, Rosana Alvares

Fotografia:  
Edgard Catão, João Fábio Kairuz

Projeto Gráfico e Editoração:  
Edgard Catão

ANO: I / Número: IV / 2008

Realização:  
Assessoria de Comunicação do TRF3  
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul  
10º andar – Cerqueira César  
São Paulo – SP – CEP: 01310 936  
Fone: 11 3012-1446  
E-mail: imprensa@trf3.jus.br  
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna